

Eleição nas escolas é ilegal

Supremo considera
inconstitucional lei
aprovada pela Câmara
Legislativa. Eurídes
Brito quer modelo de
gestão participativa

A eleição direta de diretores das escolas públicas no Distrito Federal vai acabar. A medida vai atingir cerca de 1 mil diretores e vices. O precedente foi aberto, quarta-feira, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros do Supremo consideraram inconstitucional a escolha dos diretores das escolas públicas do Rio Grande do Sul, em eleição pela comunidade escolar. Eles entenderam que, por serem cargos em comissão, devem ser de livre nomeação e exoneração do governador.

No entanto, até agora, a secretaria de Educação, Eurídes Brito, não definiu quando e como a eleição será extinta. Ela assegurou que o modelo adotado será revisto. "Ao longo do ano, vamos apresentar o modelo de gestão a ser implemen-

tado", disse.

Ao seu ver, o modelo do DF, regido pela lei distrital, em tese é inconstitucional. A secretária confirmou, porém, que uma das hipóteses em estudo na Secretaria é a volta do modelo adotado anteriormente.

Antes da aprovação da Lei distrital nº 975/95 - que instituiu o modelo de gestão democrática, previsto na Constituição Federal -, a comunidade elegia o conselho escolar, e o governador indicava a direção da escola. "Vamos adotar um modelo que contemple a democracia representativa e a participativa", explicou.

Para Eurídes Brito, a decisão do STF assegura aos governantes democraticamente eleitos, o direito de indicar as pessoas para as funções em comissão. E acredita que os estados ficarão divididos em dois grupos: os que selecionarão os diretores por concurso público, a exemplo de São Paulo; e os que encontrarão uma fórmula própria de fazer a gestão democrática na escola, sem negar o direito de os governantes indicarem os auxiliares para as funções comissionadas.

"Quando o governador Roriz assumiu, poderia ter exonerado todos os diretores, que ocupam car-

gos em comissão", como fez o governador do Espírito Santo, pois são da livre escolha do governante. "So não fez isto, em deferência à Câmara Legislativa, pois achou por bem respeitar os mandatos em vigor". Os ocupantes de cargo em comissão podem ser demitidos "ad nutum" (a qualquer instante), observou.

O diretor do Sindicato dos Professores (Sinpro), Marcos Pato, garante que a categoria vai resistir às pretensões da secretária de Educação, Eurídes Brito. "A posição dela não é novidade para os professores, pois a secretária não tem compromisso com o magistério", atacou.

Para Pato, "é lamentável que o governador Roriz admita que Eurídes Brito utilize a Secretaria como trampolim político, colocando cabos eleitorais na direção das escolas públicas". Ele acusa a secretária que quer transformar as escolas públicas em palco de conflito e guerra aberta, ao invés do espaço de discussão das questões pedagógicas e sociais, como deve ser. "Se ela quer nos insultar, desafiar, aceitamos o desafio".

JAIRO VIANA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA